

Revista ELO 26

Trajetos de Autonomia: ideário e (re)construção

Revista do Centro de Formação Francisco de Holanda, pp.31-37

Julho de 2019

ISBN: 972-96465

O PODER DAS IDEIAS EM EDUCAÇÃO

Teodolinda Magro

José Verdasca

Ana Neves

Helena Fonseca

José Fateixa

Marta Procópio

Estrutura de Missão do PNPSE, Ministério da Educação

“Não é a excelência dos governos que faz a grandeza dos grandes povos nestes tempos democráticos, senão que os povos bem educados fazem a própria felicidade, e a excelência dos seus governos”.

António Sérgio, *O Problema da Cultura e o Isolamento dos Povos Peninsulares*, 1914.

António Sérgio vê na Educação o único meio de ser criada a “Nova Sociedade” pela qual tanto anseia. Basta uma leitura rápida a alguns dos títulos fundamentais das suas publicações sobre as questões educativas, antes de ser convidado para gerir a pasta da Instrução Pública, para ficarmos esclarecidos quanto ao caminho de redenção que só a Educação poderia trazer: i) 1914, “O Problema da Cultura e o Isolamento dos Povos Peninsulares”- no qual defende uma visão universalista e o fim do isolacionismo dos países ibéricos oriundo das visões cultural e religiosa geradas pela Inquisição apelando para a necessidade de formar mestres no estrangeiro que incorporando o espírito científico e as novas teorias sobre educação introduzam em Portugal, através da formação de professores, uma reforma eficaz do problema educativo; ii) 1915, “Educação Cívica”, em cuja obra contrapõe aos vagos ideais de uma educação nacionalista “lusitana” assente na hierarquia senhor-vassalo, os princípios de uma escola que faça seus os modelos da organização social do trabalho cooperativo para desenvolvimento da iniciativa individual (autonomia) – com espaços democráticos de self-government dos alunos- preparando a sua futura intervenção na vida da polis; iii) 1916, “Cartas sobre a Educação Profissional – Educação Profissional na Casa das Crianças e na Escola Primária”, onde defende não uma educação para uma profissão técnica mas uma educação na qual o exemplo genérico do trabalho é metodologicamente adotado pela escola para valorizar o trabalho em comunidade de acordo com os centros de atividade de interesses das crianças, nomeadamente quer pelo recurso a materiais de fomento das aprendizagens como os propostos

por Montessori, a boneca, a jardinagem e os animais, quer pelo uso dos trabalhos manuais na aprendizagem das regras cívicas colaborativas e dos conteúdos das demais áreas do saber desde a História, Aritmética, Geografia, Ciências e Artes; iv) 1917, “A Função Social dos Estudantes – e sua Preparação para a Intervenção Futura da Sociedade Portuguesa”, no qual opõe uma educação livresca (de ideias já feitas e prontas em vez de feitas pelo próprio aluno após encaminhamento) e hegemónica e burocraticamente centralizada através do Terreiro do Paço a uma educação que forma cidadãos ativos para o exercício da vida democrática tendo em atenção a diversidade do território nacional, atendendo, deste modo, a ideia de descentralização e territorialização das políticas e práticas educativas; v) 1918, “O ensino como factor do ressurgimento nacional – Defeitos dos nossos métodos de ensino e maneira de os corrigir – linhas gerais de uma nova organização”, no qual acusa a organização escolar e os métodos usados na escola de criarem inteligências atrofiadas por ser o nosso ensino excessivamente teórico e abstrato no qual a experimentação dos factos é inexistente. Afirma que o problema educativo do país não é tanto o de não haver professores que tenham conhecimentos suficientes sobre as matérias a ensinar, mas haver poucos professores que tenham conhecimento sólido sobre as modernas teorias de como ensinar e aprender. Nesta publicação funda a organização do ensino dos 3 aos 18 anos de idade propondo dos 3 aos 7 anos a escola infantil, dos 7 aos 12 anos a escola primária e uma bifurcação a partir daí: o ensino primário superior e de continuação até aos 18 anos para uns (acumulando os estudos com um emprego) e o secundário e universitário para outros.

No complexo contexto político, económico e social do final da 1ª República foi António Sérgio convidado, em 1923, para ministro da Instrução Pública do governo de Álvaro de Castro que decidiu dar um espaço de intervenção pragmática na arena política educacional aos contributos dos modernos pensadores da revista Seara Nova.

Pelo acutilante pensamento próprio desenvolvido na área educativa, como demonstrado anteriormente, arriscamos afirmar estarmos perante alguém com preparação suficiente para o desempenho do cargo para o qual foi nomeado. Curiosamente manteve-se nesta pasta 73 dias (de 18 de dezembro de 1923 a 28 de fevereiro de 1924). Estamos perante o 39º Governo em apenas 13 anos de regime republicano e o ano de 1924 seria ainda agraciado por mais três ministros da Instrução Pública depois de António Sérgio e o 40.º e 41.º Governos republicanos. Neste contexto de alta rotatividade política e no pouco tempo disponível o que conseguiu ser feito por António Sérgio? Consideramos oportuno concentrarmo-nos em dois documentos que atestam factualmente a sua intervenção. O primeiro, a sua carta-testemunho escrita ao próximo ministro da Instrução Pública, seu futuro colega no cargo que desempenhou no 39.º Governo republicano, onde relata o trabalho realizado (Sérgio, 1971) e o segundo documento, a Portaria 3:891, publicada a 2 de fevereiro de 1923 onde, de modo absolutamente original, transforma em chancela legislativa as práticas pedagógicas de Montessori e Decroly.

Mostrando relações de cordialidade com o seu sucessor na pasta da Instrução Pública (Hélder Ribeiro), António Sérgio escreve-lhe uma carta cujos objetivos foram o de fazer por escrito um testemunho das ações concretizadas, das intenções ainda não conseguidas aprovar em forma de lei, mas de algum modo em curso e, ao mesmo tempo, tentar vincular a ação do seu sucessor a algumas medidas que obtiveram a concordância de ambos na “pequena conversação que ontem tivemos”. Neste testamento da sua ação política aponta como fundamental: i) a formação de professores e a criação de escolas “modelares ou experimentais” tendo tudo feito para conseguir “enviar estudiosos portugueses às melhores escolas estrangeiras” por forma a garantir a reforma do ensino que preconizou; ii) decretou a “fundação da Junta de Orientação dos Estudos” que acabou por nunca chegar a funcionar; iii) nomeou “uma Comissão que (...) propusesse a melhor forma de se realizar entre nós a determinação e educação dos anormais de idade escolar”; iv) nomeou “A Comissão Pedagógica, que (...) determinou, já, o esquema da organização do ensino primário e secundário, os seus vínculos com o universitário e o especial, e escolheu também os

professores que não-de esquisar os novos programas, os quais deverão ser muito podados em relação aos actuais, e coordenados entre si, de maneira tal que constituam, enfim, a unidade da classe, o que entre nós nunca se deu”; v) criou o Boletim Pedagógico com o objetivo de disponibilizar aos professores práticas e processos de trabalho modernos usados no estrangeiro, o primeiro destes Boletins contemplou “instruções para o emprego fácil dos modernos processos de ensinar a ler” explanando a intenção de que “o segundo [abordasse] a organização e funcionamento das sociedades escolares florestais e expusesse o terceiro algumas modernas directivas do ensino primário e secundário das ciências naturais” o que corrobora a sua ideia central de ligar as aprendizagens a atividades práticas; vi) criou “um serviço especial de cinematógrafos circulantes, com fitas instrutivas” mostrando a necessidade sempre defendida de um ensino menos expositivo e mais demonstrativo; vii) gizou uma nova “regulamentação dos serviços de instrução primária” com a qual pretendeu dar a conhecer aos professores os novos métodos pedagógicos de Montessori e Décroly; e viii) encarregou o “o cônsul de Londres de comprar à casa editora os direitos de tradução das Object Lesson, de Murché, cuja difusão entre os professores primários deveria dar um grande impulso à modernização da técnica pedagógica entre nós”. Somos obrigados a reconhecer que nos seus dois meses e meio enquanto ministro da Instrução Pública tentou aplicar com denotado entusiasmo todo um programa de intervenção na esfera educativa alicerçado nas obras publicadas entre 1914 e 1918 e já referidas anteriormente.

O segundo documento que consideramos ilustrativo do afã interventivo deste pensador na esfera educacional é o que pode ser observado da leitura da Portaria 3:891, publicada a 2 de fevereiro de 1923 (Diário do Governo, n.º 25/1924). Provavelmente será um documento único no universo legislativo da Educação em Portugal. Não se trata de um conjunto de artigos genéricos sobre o modo como deverá ser organizada a atividade pedagógica na sala de aula para melhorar as práticas de iniciação da leitura e da escrita dos alunos no “grau infantil e primário geral”, o que já de si seria bastante curioso. Trata-se de facto de uma descrição minuciosa das bases psicológicas e pedagógicas em que se fundamentam os métodos de Montessori e Décroly e os modos de aplicação na prática de uma metodologia de iniciação à leitura e à escrita baseada nos centros de interesses das crianças por forma a combater os dois flagelos da educação “(...) gravíssimos da velha metodologia: o psitacismo ou papagueio maquinal de palavras e o verbalismo ou excesso de vazia retórica”. Não podemos deixar de citar pela força do texto legislativo que “Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Instrução Pública, que ao professorado do grau infantil e primário geral sejam transmitidas algumas instruções relativas a jogos de iniciação da leitura e da escrita, a fim de começar a tentar-se entre nós, no ensino oficial, uma experiência de que muito há a esperar, e que para o bom êxito da qual se determina ao mesmo professorado que requeira às Inspeções Escolares e às Escolas Normais Primárias esclarecimentos para as suas hesitações ou dúvidas, e que comunique à Direção Geral do Ensino Primário e Normal os resultados dos seus tentames ou aplicações experimentais.” Como vemos, a Portaria que agora é publicada deveria ter por parte da formação de professores realizada nas Escolas Normais Superiores um suporte pedagógico formativo e de acompanhamento nos novos métodos didático-pedagógicos. O mesmo é solicitado à Inspeção Escolar que no seu trabalho de acompanhamento sejam também disseminadores destas novas modernas metodologias.

Explicitando as bases psicológicas em que se fundamenta a intervenção dos modernos métodos ativos de aprendizagem afirma-se que há quatro “momentos psicológicos do ensino da leitura e da escrita” que ocorrem entre o final da escolaridade infantil e início do primário geral e que se enquadram na percepção dos sons, dos sinais visuais, das representações motrizes e da fusão dos elementos auditivos, visuais e motores. Para cada um destes momentos psicológicos são elencados uma série de exercícios possíveis amplamente descritos. São ainda feitas considerações teóricas sobre os procedimentos em causa. Tomemos como exemplo o momento psicológico das representações motrizes e vejamos a teoria, escrita

em Portaria publicada em Diário de Governo: “Este momento oferece certas dificuldades. Elas atenuam-se (...) se a criança tiver recebido desde o começo da escola infantil (...) a indispensável preparação de desenho e trabalhos manuais. A circunstância do desenho preceder a escrita tem as maiores vantagens para ambos. A escrita não é mais que uma particularidade do desenho. O aprendizado deste feito primeiro que o daquela, beneficia o desenho porque dá à criança desde muito cedo, hábitos de movimentos largos e livres, e de traço artístico, e beneficia a escrita, porque transferidos tais hábitos para esta, facilitam o seu aprendizado e dão à caligrafia segurança e beleza. O caminho inverso só tem inconvenientes: a criança quando escreve antes de desenhar toma o hábito de movimentos rigidamente coordenados, que lhe retardam a um tempo a plasticidade da mão e o sentimento estético, tam indispensáveis ao desenho como à escrita”. Vejamos agora a que pormenor chegam as instruções relativas à prática pedagógica publicadas em diário oficial do governo quando chegados ao momento psicológico em que a criança consegue a fusão dos elementos visuais e motores. No terceiro conjunto de exemplos são apresentados 5 jogos relacionados com a leitura e escrita de palavras. Num deles somos instruídos deste modo: “Emprega-se o alfabeto minúsculo caligráfico com, por exemplo, 1 centímetro de altura. Os exercícios a realizar com ele são de natureza sintética e analítica. É da maior vantagem o seguinte: escreva-se uma palavra como pato, tira-se ou corta-se-lhe primeiro uma sílaba, a inicial ou a final – sílaba que se substitui por outra, por exemplo ra ou po, ficando rato ou papo. Feita a análise da sílaba desce-se até à apreciação do fonema: tem-se pato, tira-se a letra final e substitui-se por outra, por exemplo, a, ficando pata. Acrescente-se ainda um s a essas palavras e ter-se-há patos e patas. Esta substituição e acrescento permitirão desde logo iniciar a criança na distinção elementar de género e número. (...) Tudo se repetirá virando as palavras as vezes que se afigurar necessário, para que no espírito da criança se fixe bem a imagem gráfica dos vocábulos, base de uma boa ortografia futura. Nesta altura deverá a criança ouvir uma palavra ou pensar nela para que o seu espírito evoque, alinhando-os, os sinais gráficos constitutivos. E só quando isso acontecer se poderão dar às letras do alfabeto os nomes por que elas são habitualmente designadas (...)”. Grande parte do ideário pedagógico defendido por António Sérgio encontra-se exemplificado na Portaria 3:891, de 2 de fevereiro de 1923, na qual se defende um ensino baseado no método indutivo onde as experiências individuais da criança sejam usadas para facilitar os seus processos de aprendizagem. Interessante verificar que no início deste diploma legal é claramente afirmado que estes modernos processos de ensino e aprendizagem poderão ser aplicados “(...) com tanto êxito no ensino das crianças anormais e, como é natural, com maior êxito ainda no das normais”.

Não admira que este pensador seja reconhecido como fundamental na história da Educação em Portugal por movimentos de educação ligados às metodologias globais de aprendizagens da leitura e escrita, aos que defendem uma aprendizagem baseada em práticas efetivas de organização democrática experienciadas pelos alunos no interior da sala de aula e da escola e aos defensores de práticas de aprendizagem que desenvolvam a autonomia individual integrada nos benefícios de partilhas solidárias. Poderemos, contudo, admirar-nos, de que apesar da firmeza e clareza com que António Sérgio defendeu através de obras publicadas e da sua fugaz passagem pela pasta da Instrução Pública as suas convicções relativas à modernidade das metodologias de ensino, atualmente, as práticas de ensino vigentes nos mais diversos níveis de escolaridade sejam ainda acentuadamente livrescas, teóricas, desfasadas da realidade pessoal dos alunos e assentes na necessidade de acumular informações para a prestação de provas de conhecimentos teóricos. Recordemos que ainda hoje, o método preponderante de aprendizagem da leitura e da escrita dos alunos de 1.º ciclo é o sintético-analítico sendo o recurso ao método global feito apenas para o caso de alunos que ofereçam algum tipo de dificuldade em aprender com recurso ao método sintético-analítico.

As recentes configurações legislativas que criaram o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, a Autonomia e Flexibilidade Curricular e a Escola Inclusiva acolhem no pensamento cívico-pedagógico de

António Sérgio uma luz ainda inaugural, atual e estranhamente, algo utópica. Encontramos em publicações como a Educação Cívica, Cartas sobre a Educação Profissional e o Ensino como Factor do Ressurgimento Nacional pontos coincidentes com os objetivos práticos da Autonomia e Flexibilidade Curricular, nomeadamente no que se refere à necessidade de integração multidisciplinar, interdisciplinar e transdisciplinar dos conhecimentos e ao modo como se projeta a Cidadania e Desenvolvimento enquanto um espaço que permita realizar ações com impacto para a vida coletiva da Escola e o desenvolvimento da capacidade interventiva do aluno no espaço social no qual se move.

Também o ideário proposto pelo Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar (PNPSE) de um compromisso socio-educacional alargado e protocolado entre as Escolas, os Municípios e as Comunidades Intermunicipais e Áreas Metropolitanas por forma a promoverem-se práticas eficazes na definição de medidas de política educativa territorializadas encontram no pensamento de António Sérgio uma inscrição inequívoca, nomeadamente através das suas reflexões na obra A Função Social dos Estudantes – e sua Preparação para a Intervenção Futura da Sociedade Portuguesa.

Um século após a publicação das principais obras que firmam o pensamento educativo de António Sérgio continuam muitas das suas reflexões sendo atuais e quiçá, ainda utópicas mostrando que a longa duração da persistência dos hábitos na Educação portuguesa continua a sobrepor-se à aparente obviedade da modernidade. De tal forma assim é que a própria palavra Modernidade já sendo hoje um conceito ultrapassado em tantas áreas de conhecimento e produção humana (por exemplo nas artes onde a ideia de Pós-Moderno já é velha) ainda não chegou à Educação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Sérgio, A. (1971). “Carta ao Ilustre Ministro da Instrução Pública” in Antologia, Seara Nova, Vol. I, pp. 320/326.
- Sérgio, A. (2008). Ensaio sobre Educação. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda. Diário do Governo n.º 2/1924, Série I de 1924-02-02. Disponível e consultado em (<https://dre.pt/application/file/653791>).